REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
Vol. 1, n. 1, jan-jun. 2015
Missões

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS NA REGIÃO DAS MISSÕES

notas de pesquisa

(Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)[1]

Leandro Goya Fontella[2]

Resumo

A matriz produtiva agrícola e pastoril estabelecida na região das Missões, no Rio Grande de São Pedro, ao longo do século XIX era animada tanto pelo trabalho livre quanto pelo cativo. O exame serial de inventários *post-mortem* revela que ao mesmo tempo em que havia a disseminação da posse de cativos pelo tecido social, ocorria também uma considerável concentração dela em grandes escravarias. Por meio de uma abordagem comparativa, percebeu-se que tal padrão reproduziu-se por todo o Brasil durante o longo período de vigência da escravidão.

Palavras-chave: Escravismo. Século XIX. Brasil Meridional.

Resumen

La matriz productiva agrícola y ganadera establecida en la región de las Misiones, en el Rio Grande de São Pedro, en el siglo XIX empleaba el trabajo libre y el cautivo. El examen en serie de los inventarios *post-mortem* revela que mientras que tenía una disperción de la possesión de los esclavos por el tejido social, también ocurrió una considerable concentración de los cautivos por pocos propietarios. A través de un enfoque comparativo, se dio cuenta de que este patrón se repite en todo Brasil en el largo período de la esclavitud.

Palabras-clave: Escravismo. Século XIX. Brasil Meridional.

Introdução: o espaço no tempo e seu contexto econômico-produtivo[3]

O processo de incorporação do Espaço Oriental Missioneiro[4] aos domínios luso-brasileiros, ocorrido, *grosso modo*, entre 1801 a 1828, se deu em meio à trajetória de definição dos limites fronteiriços na região platina, o qual vinha acontecendo, ao menos,

[1] Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina entre 15 e 18 de maio de 2013.

[2] Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013); doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; e-mail: <leandro-goya@hotmail.com>.

[3] Nesta seção, as considerações feitas sobre a região das missões (Vila de São Borja) foram feitas com base nos resultados obtidos em minha pesquisa de mestrado. Devido às exigências dimensionais do texto, e como se trata de uma seção introdutória deste, não iremos apresentar a base empírica que nos levou a tais conclusões. Estas e as respectivas análises estão em Fontella (2013).

[4] Pode-se dizer que esta região compreendia significativa parte da atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A Província de Missões, a partir de 1834, acabou por constituir a Vila de São Borja, espaço de interesse específico dessa investigação. Os Campos ao sul do rio Ibicuí após 1831 viriam a constituir o espaço da Vila de Alegrete.

desde meados do século XVIII. A conquista desta região às possessões luso-brasileiras, e sua manutenção, engendraram significativas transformações naquele espaço até meados do século XIX, dentre estas se destaca o estabelecimento de uma matriz produtiva agropastoril assentada em uma combinação de trabalho escravo e diversas formas de trabalho livre. Já em sua composição social, a região foi marcada por uma rica diversidade, uma vez que acabou sendo composta basicamente por guaranis missioneiros (descendentes daqueles que haviam passado pelo processo reducional das missões jesuíticas entre os séculos XVII e XVIII) que foram incorporados ao Império português (e posteriormente ao Império brasileiro), luso-brasileiros, que migravam cada vez mais e em maior número, e escravos (africanos e crioulos), trazidos junto com seus senhores.

A diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características da zona das Missões no período que se estende de 1828 a 1858. O pastoreio de gado *vacum*, que produzia reses que se destinavam a abastecer as charqueadas do leste da província, foi a prática produtiva mais recorrente. Como na maioria das áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, a distribuição dos recursos produtivos (por exemplo, gado, terra e escravos) se deu de forma bastante desigual. Identifiquei uma estrutura composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, e uma ampla quantidade de criadores de poucos animais, mas que em sua maioria eram detentores de pequenos lotes de terras. Em uma perspectiva comparativa, a pecuária bovina da zona das Missões era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, porém, maior do que a praticada na região do Planalto.[5]

Já em relação à criação de mulas, ela esteve bastante difundida pela região, e quase na absoluta maioria dos estabelecimentos produtivos em que se produziam mulas, esta atividade dividia espaço com a pecuária bovina. Em comparação a esta, a criação de gado muar não atingiu a mesma monta econômica. No entanto, representou uma das estratégias mais viáveis para diversificar a produção e ampliar o espectro de possibilidades econômicas e produtivas dos produtores que buscavam se tornar menos vulneráveis diante das precariedades do universo agrário em que habitavam. A disseminação da criação de

[5] Este quadro comparativo foi elaborado através da confrontação de nossos resultados de pesquisa com os estudos de Araújo (2008) e Farinatti ([2007] 2010). Enquanto Araújo focou sua investigação na Vila de Cruz Alta na região do Planalto sul rio-grandense, as análises de Farinatti recaíram sobre a Vila de Alegrete, localizada na região da Campanha sul rio-grandense. Portanto, salvo indicação específica, sempre que estiver estabelecendo comparações com as regiões do Planalto ou da Campanha, estarei fazendo referência aos trabalhos destes autores. Ver: Fontella (2013, capítulo 1).

mulas me leva a crer que se tratava de um ramo de produção comercialmente atrativo e economicamente viável. Portanto, considero que os volumes de produção não se fizeram desprezíveis. Se assim não tivesse ocorrido, uma atividade com considerável grau de especialização e investimento (monetário, de tempo, mão-de-obra, etc.) não teria se disseminado por boa parte das unidades de produção.

Ao cotejar os documentos e outras pesquisas que tiveram como sítios de pesquisas regiões vizinhas a Vila de São Borja, pude perceber que, tem termos dimensionais, a pecuária muar na região das Missões era maior do que a praticada na Campanha, mas não chegava a dimensão que adquiriu no Planalto, região que havia se tornado em um importante entreposto do circuito comercial da Feira de Sorocaba, onde o gado muar era comercializado. Por sua vez, a agricultura também teve seu espaço na matriz produtiva do espaço missioneiro. Segundo os relatos de contemporâneos, o milho, o feijão e a mandioca foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção, as práticas agrícolas se faziam presentes, quase sempre coexistindo com ividades pastoris. Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados ao mercado regional, voltado, principalmente, à região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona das Missões. Pequena quantidade daqueles excedentes também era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que, nem uns, nem outros tinham a capacidade de autossuficiência, e por isso precisavam recorrer ao mercado.

Além de tudo isso, ainda havia a produção de erva-mate e, em menor escala, de couro e subprodutos do gado. Estas atividades se constituíram em outros nichos produtivos que, dado aos poucos investimentos que exigiam, abriram possibilidades a um grande número de produtores pobres, sem que os produtores de maior envergadura fossem alijados destes processos produtivos, embora se dedicassem a eles com menor frequência. Em especial, o processo de produção e exportação da erva-mate movimentava uma complexa cadeia de agentes, desde os coletores, que faziam a extração do mate nos ervais, passando pelos comerciantes regionais, se estendendo pelos encarregados dos transportes (terrestre e fluvial) do produto, até chegar as diversas praças comerciais distribuídas pela bacia do Prata. Portanto, a cadeia produtiva da erva-mate também auxiliava a diversificar e dinamizar a matriz econômico-produtiva da fronteira oeste da província, especialmente, na

zona das missões e do Planalto. Esses produtos eram dirigidos para a região do Prata por meio do Uruguai, rio que se tornou um canal de articulação entre a fronteira oeste da província e os Estados platinos. Para além dos constantes conflitos que envolviam estes Estados e o Rio Grande de São Pedro, a histórica ligação destes territórios também era mantida pelo intenso comércio que passava pelo Uruguai.

Vale ressaltar ainda que os diferentes processos produtivos desenvolvidos na região das Missões se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste da província, a pecuária muar a Feira de Sorocaba, as produções de gêneros agrícolas e de farinhas voltadas principalmente à região da Campanha e, por fim, a erva-mate e couros que se destinavam à região platina. Este cenário se torna ainda mais complexo quando lembra-se que muitos destes produtores se articulavam a todos estes circuitos, ou, ao menos, a alguns destes. Enfim, com base nesta noção sobre a estrutura da matriz produtiva agrária da zona das Missões, cabe-me, portanto, a partir daqui desvelar a presença e a representatividade do trabalho cativo nesta região, força de trabalho que em boa medida fazia girar as engrenagens dos distintos processos produtivos de tal espaço. Em primeiro lugar, irei problematizar algumas características populacionais sobre o espaço em análise. Em seguida, por meio de inventários *post-mortem*, examinarei a estrutura de posse de escravo em uma perspectiva comparativa com outros estudos que também analisam áreas pastoris no Rio Grande de São Pedro e no restante do Brasil.

As estatísticas populacionais do século XIX: problematizações e lacunas

Do início do século XIX até o fim da década de 1850, quase não conta-se com informações censitárias para Vila de São Borja. Além disso, os dados demográficos que se tem acesso, oriundos dos censos de 1814, 1846 e 1858, são bastante imprecisos.[6] Mesmo consciente que as informações contidas nos levantamentos estatísticos do período são bastante frágeis, entendo que podem nos ser úteis, senão para estabelecer um perfil exato, ao menos para esboçar uma ideia aproximada do universo populacional da Vila.

Mesmo estando fora do recorte temporal abordado por esta investigação, o censo de 1814 nos apresenta alguns dados interessantes que podem ser problematizados.

[6] Neste texto, utilizarei alguns dados dos censos de 1841 e 1858.

Quadro 1

População da Província de Missões (1814)

Indígenas	6.395
Brancos	824
Livres de cor	77
Escravos	252
Recém nascidos	403

Fonte: Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Como era de se esperar, em 1814, o universo populacional da Província de Missões (que em 1833-34 passou a ser chamada de Vila de São Borja) ainda era composto predominantemente por indígenas. Os sujeitos ditos brancos, luso-brasileiros, ainda não haviam chegado a um mil. Por seu turno, os escravos já passavam dos 250, número que comprova a presença de cativos desde os primórdios do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro. Considerando apenas brancos, livres de cor e escravos, os últimos representavam aproximadamente 22% dos novos povoadores da região. Este número se torna ainda mais representativo quando considerarmos que muitos daqueles *brancos* eram soldados, que estavam destacados para guarnecer uma área que não se tinha certeza de que continuaria sob o domínio luso-brasileiro, e não povoadores efetivos. De passagem por São Borja sete anos após o censo, Auguste de Saint-Hilaire afirmou em diversas passagens o caráter militar da região. Em 19 de fevereiro de 1821 o botânico francês anotou,

> o que me impressionou, ao entrar na aldeia foi, por um lado, o estado de decadência e abandono a que está reduzida e, de outra parte, o aspecto militar sob o qual ela se apresenta. Veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas, estão alinhados vários canhões ([1820-21] 2002, p. 270).

Três dias depois, o viajante voltara a se referir ao militarismo do local,

> [...] este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do comandante da província, onde está acantonado o regimento dos guaranis, e a casa do coronel do regimento de milícias, e a casa do coronel do regimento de milícias, da qual há sempre um destacamento na aldeia ([1820-21] 2002, p. 276).

Já no segundo dia de março, Saint-Hilaire alertava que era "extremamente necessário diminuir o aspecto militar desta província. [...]. Os *brancos* [estão] sempre empregados no serviço militar [...]" ([1820-21] 2002, p. 270) [*grifos meus*].

O significativo número de escravos naquela região mostra que, desde o início do povoamento luso-brasileiro, o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito possivelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, entre outras razões, a mão-de-obra cativa, provavelmente, se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais.

Em 1858, foi elaborado o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* [doravante *Mapa estatístico de 1858*]. Dentro do período pesquisado (1828 – 1858), este é o primeiro que nos informa sobre a representatividade da população cativa no conjunto total da população da Vila. Creio, portanto, que os dados apresentados pelo *Mapa estatístico de 1858* nos possibilitam ter uma primeira aproximação do perfil da população cativa da região em análise.

Tabela 1
População da Vila de São Borja segunda a condição jurídica (1858)

	Livres		**Libertos**		**Escravos**		**Total**
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	8059	86	64	1	1240	13	9463
São Patrício de Itaqui[7]	5554	84	63	1	1014	15	6631
	13613	85	127	1	2254	14	16094

Fonte: Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres, libertos e escravos [doravante, *Mapa Estatístico de 1858*]. In: Fundação de Economia e Estatística. **Da Província de São Pedro e Estado do Rio Grande do Sul –** Censos do RS 1803-1950 [doravante, FEE]. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Enquanto que o *Mapa estatístico de 1858* indica que em São Borja a soma dos percentuais entre escravos e libertos atinge a marca 15% de toda a população da vila, para regiões vizinhas como Cruz Alta e Alegrete, ele mostra que escravos e libertos chegavam a compor em torno de 18% e 23% da população total das respectivas vilas, sendo que o percentual de libertos girou em torno de 1% em cada uma dessas vilas. Em outras áreas

[7] Considerei os dados disponíveis para São Patrício de Itaqui, pois esta localidade foi distrito da Vila de São Borja até o ano de 1858-59 quando foi elevada à condição de vila com a abertura da Câmara Municipal de Vereadores. No conjunto de processos de inventários compulsados estão inclusos os abertos neste distrito.

brasileiras de pecuária como em Guarapuava, na Província do Paraná, no ano de 1854, os escravos eram responsáveis por cerca de 16% da população de tal freguesia, índice muito semelhante ao verificado na zona das Missões (FRANCO NETTO, 2005). Já em Palmas, também no oeste paranaense, a população escrava no mesmo ano atingiu a representatividade de 22%, número que se aproxima ao visto na região da Campanha (SIQUEIRA, 2010).

Entre outras coisas a maior participação de escravos e libertos na população total de Alegrete, talvez, possa ser atribuída ao maior potencial econômico desta vila se comparado a Vila de São Borja. Na região da Campanha, devido aos seus melhores campos, foi desenvolvida uma pecuária bovina de maior monta do que nas zonas das Missões e do Planalto. A considerável presença de criadores de enorme envergadura na Campanha, provavelmente, fez com que naquela região tivesse havido um número maior de escravos, uma vez que eram nas escravarias dos grandes estancieiros onde se concentrava significativa parte dos cativos.

Tabela 2
População escrava da Vila de São Borja segundo o sexo (1858)

	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	609	49	631	51	1240
São Patrício de Itaqui	524	52	490	48	1014
	1133	50	1121	50	2254

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Os números da tabela 2 indicam o equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres escravos. Esta circunstância sugere que em São Borja, quase ao fim da década de 1850, a população escrava era composta predominantemente por cativos crioulos.[8] Mesmo que o quadro informativo elaborado até o momento proporcione uma visão panorâmica sobre o universo populacional da região analisada, entendo, entretanto, que em muitos aspectos ele reproduz a superficialidade dos levantamentos estatísticos com que trabalhamos. De certa forma, o quadro apresentado tende a ficar distorcido, já que, suas informações retratam um momento específico.

Buscando sanar estas lacunas, em trabalhos anteriores, por meio de dados oriundos dos registros de batismos da Matriz de São Francisco de Borja e de inventários *post-*

[8] O desequilíbrio entre o número de escravos do sexo masculino e feminino fora estimulado pelo ingresso de homens africanos via tráfico negreiro. Assim, populações cativas onde predominavam africanos tendiam a contar consideravelmente mais com homens do que com mulheres.

mortem abertos naquela Vila, procurei perceber a presença e a representatividade da população cativa na região das Missões.[9] Em resumo, verifiquei que o fluxo de batizados de escravos crioulos na Matriz de São Francisco de Borja foi constante durante todo o período abordado, o que indica a existência de um núcleo populacional estável de cativos na região. Além disso, notei através dos inventários o processo de envelhecimento da população africana, a qual não vinha sendo reposta. Ao mesmo tempo, a reprodução natural da população cativa gerava uma população crioula que se conservava jovem. Em consequência desses processos, a taxa de razão de masculinidade da população escrava inventariada se reduziu significativamente entre 1828 e 1858, desencadeando aquele contexto de equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos na década de 1850 (ver tabela 2). Relacionando estas interpretações, concluí que a reprodução natural foi a principal responsável pela conservação daquele núcleo populacional estável de escravos, circunstância que insinua que o tráfico de escravos africanos não foi o principal meio de reprodução da escravidão na região das Missões.

Sabendo, portanto, que havia um núcleo populacional estável de escravos, composto majoritariamente por crioulos, que se conservava por meio da reprodução natural, precisamos examinar como se deu a distribuição da posse de escravos pelo tecido social.

Estrutura de posse de escravos

Pudemos perceber por meio do exame do censo de 1814 que desde o início do povoamento luso-brasileiro na zona das Missões os cativos se fizeram presentes e, ao longo da primeira metade do século XIX se constituiu um núcleo populacional cativo que se conservava principalmente através da reprodução natural. Passarei a partir de agora averiguar, por meio de inventários *post-mortem*, o quanto a posse de escravos esteve difundida pela malha produtiva da Vila de São Borja.[10]

[9] Ver: Fontella (2013, subcapítulo 2.2; 2012; 2013a).

[10] Devido ao grande número de inventários *post-mortem* abertos nos cartórios da Vila de São Borja entre os anos de 1828 e 1859 (aqui estão compreendidos os inventários abertos no Distrito de São Patrício de Itaqui), li todos os inventários abertos nos anos pares. Ao todo foram examinados 129 processos, destes, 19 foram excluídos da amostragem, ficando, portanto, 110 inventários. Em termos gerais, as exclusões se deveram as poucas informações contidas nos documentos. Em 13 casos, por exemplo, o processo foi aberto, porém, acabou não havendo a descrição dos bens; em outros 2 casos não havia entre o patrimônio descrito bens rurais ou itens de produção agropastoril; em outros 2 ainda eram processos complementares a inventários abertos em anos anteriores; 1 estava incompleto; e, por fim, em 1 só havia o registro de dívidas ativas.

Porém, antes de iniciar a análise, preciso fazer uma retificação. Em trabalho anterior,[11] através de uma estimativa feita por meio dos *Catálogos da Escravidão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (doravante, Catálogos do APERS),[12] apurei que em torno de 55% dos processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja entre 1828 e 1849 eram de proprietários de escravos. Todavia, com o consequente prosseguimento e refinamento da pesquisa, deparei-me com diversos processos de produtores escravistas que não constam nos Catálogos do APERS.[13] Desse modo, para o mesmo período, por meio de nossa amostragem de todos os inventários abertos em anos pares, averiguei que de 48 processos, em 43 deles haviam escravos arrolados. Em termos percentuais, este número representa aproximadamente 90%, ou seja, bastante superior aos 55% estimados através dos Catálogos do APERS. Além disso, como a pesquisa se estende até o fim da década de 1850, encontrei mais 8 processos com escravos que não constam nos Catálogos do APERS.[14] Neste intervalo, levantei 62 inventários, dos quais 49 (79%) de produtores escravistas.[15]

[11] Fontella e Ribeiro (2012).

[12] Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão:** inventários: o escravo deixado como herança/Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

[13] Inventário de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 03, APERS; Inventário de Felisberto Leite Cavalheiro e Ezequiela Maria. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1840, processo nº: 12, APERS; Inventário de Sezefredo Antônio de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS; Inventário de José Pedro Souto. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo nº: 22, APERS.

[14] Inventário de Felizarda Dias Vieira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1852, processo nº: 11, APERS; Inventário de Gabriel Domingues de Carvalho e Ana Maria de Carvalho. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 64, APERS; Inventário de José Nunes de Oliveira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 66, APERS; Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo nº: 51, APERS; Inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS; Inventário de Joaquina Maria de Lima. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 64, APERS; Inventário de Justina Maria da Conceição. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 126, APERS; Inventário de Maria Clara de Jesus. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 129, APERS.

[15] Esclarecemos que nosso objetivo não é criticar o extraordinário trabalho de catalogação realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) através do projeto documentos da escravidão. Os catálogos contendo verbetes são ótimas ferramentas de auxílio para os pesquisadores e ajudam a dinamizar a investigação. É compreensível que se encontre pequenas falhas em um projeto tão grandioso que buscou levantar e catalogar em verbetes todos os documentos que tivessem referências a escravos. Em verdade, por meio de nossa experiência, queremos alertar para a utilização equivocada dos Catálogos, estes devem ser tomados como instrumentos assistenciais para a prospecção dos documentos, mas não podem ser tomados enquanto tais, para que não se venha a cometerem-se sérios equívocos.

Feito estas ponderações, partirei para as análises da disseminação da posse de escravos. Como já coloquei, entre 1828 a 1850, cerca de 90% dos inventários tiveram escravos arrolados, enquanto que entre 1851 a 1858, foram 79%. Considerando todo o período de 1828 a 1858 os inventários de escravistas representam aproximadamente 84% (92 de 110 inventários). Número semelhante aos 87% que Helen Osório (2005) encontrou para toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro para o período colonial (1765 – 1825). Na Vila de Rio Pardo, entre 1810 e 1835, cerca de 90% dos proprietários inventariados possuíam ao menos um cativo (PETIZ, 2009, p. 85). Gabriel Aladrén (2012, p. 99), analisando as regiões de Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão no intervalo entre 1821 e 1840, constatou que 92% dos inventariados eram senhores de escravos. André do Nascimento Corrêa (2013) dedicou-se a analisar a estrutura agrária e escravista na localidade de Caçapava entre 1821 e 1850, região próxima a Vila do Rio Pardo. Este autor verificou que ao longo destas três décadas cerca de 88% dos processos de inventários abertos naquela localidade possuíam escravos arrolados. Como veremos logo adiante, os resultados averiguados por Corrêa são superiores aos números vistos por Luís A. Farinatti para a Campanha sul rio-grandense, região de pecuária de maior vulto em todo o Rio Grande de São Pedro. Este dado nos impele a refletir sobre o papel fundamental que o sistema escravista desempenhou em localidades com estruturas econômicas modestas e até mesmo pauperizadas.

Para Alegrete, Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010) verificou que nas três décadas entre 1831 e 1860 o percentual dos criadores de gado que possuíam escravos foi de 86%, 82% e 85% respectivamente. Estes valores se aproximam do percentual de 84% averiguados para São Borja de 1828 a 1858. Contudo, nesta há uma tendência de diminuição dos inventários com escravos, enquanto que naquela, o índice se mantém quase no mesmo patamar. Por sua vez, Thiago Araújo (2008) averiguou que em Cruz Alta (1834 – 1884) 73% dos processos de inventários tinham escravos, percentual consideravelmente inferior ao visto para São Borja.[16] Nesse sentido, pode-se afirmar que em relação à difusão da posse de escravos, o espaço missioneiro (São Borja) reproduzia a estrutura do Rio Grande de São Pedro colonial e, no contexto monárquico, se aproximava mais da região da Campanha (Alegrete) do que da região do Planalto sul rio-grandense (Cruz Alta).

[16] Entre 1834 e 1849 foram 73% de inventários com escravos, passando na década de 1850, para 75,7% (ARAÚJO, 2008, p. 78).

Em outras áreas de pecuária do Império as representatividades dos produtores escravistas estiveram próximas daquela que constatei para a zona das Missões. Raimundo N. R. de Souza (2012) verificou que no período colonial (1709 – 1822) no Sertão do Acaraú, região norte do Ceará, 87% dos inventários abertos possuíam escravos avaliados. Examinando um longo período que vai de 1770 a 1887, Versiani e Vergolino (2003) constataram que no Sertão e Agreste de Pernambuco 83% e 73%, respectivamente, dos proprietários inventariados eram senhores de escravos. Em Rio das Contas na Bahia, "região essencialmente rural, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, e voltada para a subsistência de abastecimento dos mercados vicinais [...]" (ALMEIDA, 2006, p.21), ao longo do século XIX, 88% dos inventariados eram senhores de escravos. Em contrapartida, nas regiões pastoris da província do Paraná, a proporção de produtores escravistas esteve bem aquém dos averiguados no Rio Grande de São Pedro. Por meio de um documento intitulado de *Inventário dos Bens Rústicos* (um cadastro de terras), elaborado em 1818, Horácio Gutierrez (2006) verificou que em Castro e Palmeira, núcleos essencialmente pecuaristas da província do Paraná, o percentual de proprietários com escravos residentes foi de 52,4% e 39% respectivamente. Na região de Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria averiguou que "de 301 criadores (que não produziam açúcar), 95 (32%) não tinham escravos. [...]. Dos 301 criadores, 77% (231) também faziam farinha de mandioca numa proporção mais escravista do que se tomados em conjunto: somente 24% (55) dos 231 não tinham escravos" (1998, p. 246). Além disso, a autora percebeu que os "criadores exclusivos de gado, quando escravistas, tinham mais escravos e gado do que os que consorciavam atividades" (1998, p. 246).

Em que pesem as diferenças de períodos, pode-se notar que em contraste tanto com áreas do próprio Rio Grande de São Pedro, quanto de outras regiões pastoris do Brasil, a zona das Missões foi marcada por uma expressiva presença de produtores escravistas. A partir dos 92 inventários de proprietários escravistas, elaborei o quadro 2 que nos mostra como era a proporção de produtores escravistas distribuídos por dimensão das escravarias diante da proporção de escravos que acumulavam. Boa parte dos inventariados eram senhores de poucos escravos. Os pequenos e médios senhores representaram aproximadamente 74% do universo de produtores escravistas, mas detinham apenas 42% dos escravos. Em contrapartida, os 48% restantes dos cativos se concentravam nas escravarias de grande dimensão, as quais representavam somente 26% de todas as escravarias. Além disso, nas seis maiores escravarias estavavam um quarto dos escravos,

mostrando que havia uma pequena elite de produtores escravistas que concentrava um expressiva parcela dos cativos.

Quadro 2

Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja (1828-1858)

Dimensão da escravaria	Nº de proprietários	% do nº de proprietários	Nº de escravos					
			Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1 a 4	39	42%	48	51	47	49	95	14
5 a 9	29	32%	100	52	92	48	192	14
10 a 19	18	20%	122	56	97	44	219	31
Mais de 19	06	06%	104	61	66	39	170	25
	92	100%	374	55	302	45	676	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830–1858), APERS.

Os dados averiguados para a região das Missões estão em sintonia com o padrão que vem sendo verificado para o Rio Grande de São Pedro e para a grande maioria das regiões do território brasileiro no período de vigência da escravidão, seja em zonas de economia ligada à exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Para o meio rural do Rio Grande de São Pedro do período colonial, a concentração foi ainda maior, 75% dos proprietários eram pequenos e médios escravistas, e detinham apenas 35% dos cativos, consequentemente, os grandes escravistas (25%) concentravam 65% dos escravos em suas senzalas (OSÓRIO, 2005, p. 14). Com base nos dados levantados por Petiz (2009, p. 83), verifica-se que na Vila do Rio Pardo (1810 -1835), 37% dos escravos estavam nas pequenas e médias posses que formavam 75% das senzalas. Sendo assim, os outros 63% dos cativos concentravam-se sob o poder de grandes escravista que se contituíam em 25% do universo de donos de escravos. Em uma ampla área na fronteira sul rio-grandense, compreendendo Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão, de 1832 a 1840, as pequenas e médias escravarias representavam 75,9% do universo de senzalas, mas detinham apenas 41,1% dos braços cativos. Logo, 58,9% dos escravos estavam nas mãos de grandes escravistas que representavam somente 24,1% dos senhores de escravos (ALADRÉN, 2012, p. 100).

Em Cruz Alta, entre 1834 e 1849, 35% dos escravos estavam em poder de pequenos e médios senhores, que representavam cerca de 77% do conjunto de proprietários, em contraste, 23% destes acumulavam 65% dos escravos. Nesta mesma localidade, na década de 1850, embora tenha havido pequenas variações, em termos gerais, o padrão de concentração da posse de escravos permaneceu o mesmo, ou seja, 71,5 % de pequenos e médios escravistas com 36% dos escravos, e 28,5% de grandes escravistas que concentravam 64% (ARAÚJO, 2008, p. 70). Já em Alegrete, no período de 1829 a 1849, o número de grandes escravistas chegou a aproximadamente 30%, e concentravam em suas senzala cerca de 70% dos escravos, logicamente que os outros 30% dos cativos estavam em pequenas e médias escravarias (MATHEUS, 2012, p. 82). Nas duas décadas posteriores, o número de grandes escravistas caiu para 26% e passaram acumular em torno de 60% dos escravos, por outro lado, as pequenas e médias representavam 74% das escravarias, mas contavam com cerca de 40% dos cativos (MATHEUS, 2012, p. 85). Com base nestes dados, este autor também defende que o sistema escravista desfrutava de uma ampla legitimidade entre a população pobre em meados do século XIX. Em Rio Pardo, no centro do Rio Grande de São Pedro (1840 – 1880), 77% dos senhores tinham até 09 cativos, mas só possuíam 45% dos escravos, em contrapartida, 23% de grandes escravistas concentravam 55% dos cativos (ZETTEL, 2011, p. 63).[17] André Corrêa apurou que, entre 1821 e 1850, 75% dos senhores eram pequenos escravistas, mas que detinham apenas 37% do total de escravos inventariados. Consequentemente, 25% de médios e grandes escravistas acumulavam nada menos do que 63% dos cativos.

Para além do Rio Grande de São Pedro, podemos perceber, pelos dados apresentados por Raimundo de Souza, que no Sertão do Aracaú no Ceará, a concentração também foi significativa. Naquela região, no longo período abordado por este autor, 56% dos proprietários possuíam até 4 escravos e concentravam somente 23% destes (SOUZA, 2012). No Sertão de Pernambuco, aproximadamente 82% dos produtores eram proprietários de até 10 escravos, e acumulavam aproximadamente 56% dos cativos. Já no Agreste de Pernambuco, a concentração não foi tão aguda, nesta área, em torno de 42% dos escravos estavam nas escravarias com até 10 cativos, as quais representavam cerca de 82% do universo destas (VERSIANI; VERGOLINO, 2003, p. 362). Em Rio das Contas na Bahia, do início do Oitocentos até 1850, os escravistas, que possuíam de 1 a 10 escravos,

[17] É importante frisar que os exames de Matheus (2012) e Zettel (2011) deram-se a partir dos Catálogos do APERS, como alertei acima, a possibilidade de haver incorreções em tal material pode gerar inconsistências nas análises desenvolvidas.

representavam 75,8% dos proprietários, abarcando 33,3% dos cativos. Os outros dois terços dos escravos se situavam em senzala com mais de 10 cativos, as quais representavam em torno de um quarto das escravarias. No período entre 1851 e 1871, esta concentração se manteve praticamente igual (ALMEIDA, 2006, p. 40).

Na região pastoril de Araxá nas Minas Gerais, por meio de listas nominativas, Déborah dos Reis verificou que os senhores com até 10 escravos nunca foram menos de 65% dos produtores. No início da década de 1830 eles chegaram a ser aproximadamente 88% do universo dos senhores de escravos, e dividiam entre si em torno de 51% dos cativos, o que que dizer também, que quase a metade dos escravos estavam sobre o poder de apenas 12% dos proprietários. Essa forte concentração se manteve nas décadas posteriores, entre 1856 e 1858, os grandes escravistas representavam cerca de 30% dos produtores e possuíam aproximadamente 68% dos escravos (2005, p. 11). Em Guarapuava, província do Paraná, na década de 1850, a concentração de escravos nas grandes escravarias foi bastante considerável. Nesta região, em torno de 45% dos cativos pertenciam a 14% dos proprietários com mais de 10 cativos, enquanto que 55% estavam em escravarias com até 10 escravos (FRANCO NETTO, 2005, p. 259). Na região de Palmas, também no Paraná, entre 1850 e 1871, em torno de 73% dos senhores possuíam até 10 cativos, porém, apenas 38,2% dos escravos habitavam suas senzalas. Consequentemente, os grandes escravistas, que eram 27% dos senhores, detinham 61,8% dos escravos (SIQUEIRA, 2010, p. 37).

No porto de Rio Grande entre 1825 e 1865, os pequenos escravistas representavam em torno de 78% dos proprietários de escravos e acumulavam cerca de 39% dos cativos, em contrapartida, médios e grandes escravistas que perfaziam 22% do total de senhores concentravam 61% dos escravos (SCHERER, 2008, p. 41). Na região charqueadora de Pelotas, nas décadas de 1830 e 1840, aproximadamente 69% dos escravistas possuíam até 9 cativos, mas concentravam apenas cerca de 23% deles. Por outro lado, os outros 77% dos escravos estavam nas escravarias dos senhores com mais de 9 cativos, os quais representavam 31% dos escravistas de Pelotas (PINTO, 2012, p. 47).

No Recôncavo rural da Bahia entre 1779 e 1835, Bert Jude Barickman percebeu que "a riqueza na forma de escravos era mais concentrada nas freguesias açucareiras tradicionais do lado norte da baía. Nas outras partes do Recôncavo, em áreas produtoras de fumo e mandioca, uma distribuição muito mais uniforme caracterizava a posse de escravos" (2003, p. 237). Na Freguesia de Nazaré, em 1779, onde se produzia

principlamente mandioca, os 10% mais ricos proprietários possuíam 36,2% de todos os cativos. Por outro lado, "dois terços de toda a população escrava do Iguape [região com predomínio de engenhos de açúcar] pertenciam aos 10% que eram donos dos maiores plantéis. Em São Gonçalo dos Campos [localidade onde se produzia, sobretudo, fumo], os 10% mais ricos possuíam menos de 40% dos cativos residentes na freguesia (2003, p. 237).[18] Na localidade de Bananal, região cafeeira da província de São Paulo, no ano de 1829, 70,7% dos proprietários possuíam até 9 escravos, mas detinham somente 20,9% destes. Por outro lado, aqueles com mais de 10 cativos eram 29,3% dos senhores, e concentravam expressivos 79,1% dos escravos. Mas é importante destacar que os proprietários com mais de 40 cativos representavam apenas 7,7% dos senhores de escravos e acumulavam nada menos do que 48,9% dos cativos (MOTTA [1990] 1999, p. 168).

Enfim, através dessa perspectiva comparativa, pude constatar que a disseminação da posse escrava na região das Missões reafirmava uma estrutura que se reproduzia por todo o Brasil, seja no período colonial, quanto no monárquico. Isto é, na zona das Missões, como na maior parte das regiões brasileiras, havia a dispersão da posse escrava pelo tecido social com a presença de muitos pequenos e médios senhores de escravos, no entanto, estes dividiam espaço com uma elite de proprietários de muitos cativos, os quais concentravam em suas senzalas a maior parte dos escravos.

Referências bibliográficas

ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados:* escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835). Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012.

ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas* – Bahia (século XIX). Salvador: PPGH/UFBA, 2006.

ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade:* políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[18] Para ver os dados específicos da estrutura de posse de escravos por atividade produtiva do Recôncavo baiano entre 1779 e 1885 ver BARICKMAN (2003, p. 237 – 252).

CORRÊA, A. do N. *Ao sul do Brasil Oitocentista:* escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. Santa Maria (RS): PPGH/UFSM, 2013.

FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento:* fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINTATTI, Luis Augusto E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865). Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010.

FONTELLA, L. G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos:* estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013 [dissertação de mestrado].

_____. Trabalho escravo na região das Missões Orientais do Uruguai (Rio Grande de São Pedro, século XIX). In: GHIDOLIO, M. de L; PERIA, J. F. M. *Estudios afrolatinoamericanos:* nuevos enfoques multidisciplinarios: actas de las Terceras Jornadas del GEALA. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2013a.

_____. Terra vermelha, braços negros: tendências demográficas da população escrava no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859). In: *Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Rio Grande (RS): FURG, 2012.

_____; RIBEIRO, M. R. P. Trabalho escravo na região de Missões (Vila de São Borja, primeira metadedo Século XIX). In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 45-57, 2012.

FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005 [tese de doutorado].
GUTIERREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

MATHEUS, M. *Fronteiras da liberdade:* escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo (RS): Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres:* posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Anablume, [1990] 1999.

OSÓRIO, H. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2005.

PETIZ, S de S. *Caminhos Cruzados:* famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2009 [tese de doutorado].

PINTO, N. G. *A benção comadre:* experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830 – 1850). São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2012 [dissertação de mestrado].

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão:* inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi.– Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viajem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.

SCHERER, J. de S. *Experiências de busca da liberdade:* alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008 [dissertação de Mestrado].

SOUZA, R. N. R. de. Negros no Sertão do Acaraú (Século XVIII). In: *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Teresina (PI): UFPI, 2012.

SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação:* Palmas, PR, 1850-1888. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010 [dissertação de Mestrado].

VERSIANI, F; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 33 (2): 353 – 393, abr-jun 2003.

ZETTEL, Roberta F. V. *De mútuo consentimento:* os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2011 [dissertação de mestrado].